



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário/ Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: 📞 (11) 9 9990-3170 // por@pormassas.org - fb.com/massas.por - pormassas.org

Pela permanência do PMMR! Contra os despejos em SBC! Pela unificação das lutas do Grande ABC em defesa das condições de vida, trabalho, saúde e moradia! Constituir uma assembleia popular imediatamente

O Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR), que atua em São Bernardo do Campo desde a década de 80 na área de assistência social infanto-juvenil com crianças e adolescentes de rua, miseráveis e famintos, está sob ameaça pela atual gestão de Orlando Morando (PSDB). O tucano exigiu a desocupação do imóvel no qual desenvolve suas atividades – localizado há mais de 30 anos na Rua Jurubatuba – em até 15 dias, após notificada a ordem de despejo, entregue no começo de outubro. Mas, a mobilização dos trabalhadores do projeto e organizações e ativistas de esquerda das sete cidades que compõem a região do Grande ABC impediram o despejo.

A investida contra o PMMR se dá no marco da ofensiva governista para extinguir a Fundação Criança, órgão municipal responsável pelas diretrizes de assistência social ao público infanto-juvenil. Morando já tentou extinguir o PMMR, em março deste ano, quando pretendeu privatizar a Fundação, tirando-a da esfera municipal. Ofensiva que foi conjuntamente barrada em setembro, quando o Mi-

Trata-se de uma política geral da burguesia e seus governos, que em nome de “melhorar as cidades” e “promover a economia”, na verdade promovem uma política higienista, de expulsão de pobres e miseráveis, a especulação imobiliária para favorecer os negócios de um punhado de laráprios, e até aos métodos de limpeza étnica, quando submete territórios dos povos indígenas à exploração irracional de seus recursos naturais.

nistério Público decidiu pela sua permanência.

Ocorre que em quatro anos de gestão tucana, vários projetos sociais perderam seus espaços, a exemplo do espaço da “Cultura Hip Hop” (antigo Cajuv), cujo prédio foi entregue para a GCM. Ampliaram-se as reintegrações de posse, com demolição de bairros, como aconteceu na Vila Sabesp, Parque São Bernardo e Vila São Pedro. Espaços logo incorporados aos planos de especulação imobiliária de empresas que lucram às custas da expulsão de trabalhadores que construíram suas moradias com muito esforço, e agora deverão se contentar com um auxílio aluguel miserável de menos de quinhentos reais! Na educação, além de atacar a FDSBC, tentando abrir as portas

à privatização, o prefeito pretende fechar duas escolas estaduais: a Pedra e a Tito.

Não bastasse com o governo Morando desmontar os serviços públicos básicos e despejar milhares de famílias trabalhadoras para favorecer um punhado de empresas e instituições repressivas (GCM), agora ataca as iniciativas não-governamentais que

atendem à população pobre. É bom dizer também que essa ofensiva contra o PMMR não é uma política isolada, particular de São Bernardo. Trata-se de uma política geral da burguesia e seus governos, que em nome de “melhorar as cidades” e “promover a economia”, na verdade promovem uma política higienista, de expulsão de pobres e miseráveis, a especulação imobiliária para favorecer os negócios de um punhado de larápios, e até aos métodos de limpeza étnica, quando submete territórios dos povos indígenas à exploração irracional de seus recursos naturais. Por isso que até os governos que se dizem defensores da população pobre e miserável, a exemplo do governo de Marinho (PT), recorreram às demolições e despejos.

Não bastasse às massas arca-rem com a desgraça da miséria, fome e desemprego, bem como com os estragos à saúde produto da pandemia, terão, todavia, que seguir vendo suas condições mais elementares de vida serem destruídas. Não por acaso, a tentativa de despejo do PMMR agravará a situação de miséria de uma população que padece com o desemprego, a fome e toda sorte de violência capitalista, a exemplo das perseguições e repressão da GCM em bairros pobres e miseráveis. Essa ofensiva continua a se agravar produto da paralisia dos sindicatos, centrais e as direções dos movimentos populares, que se submeteram à política burguesa do isolamento social, recorrendo ao método virtual, fechando os sindicatos e negando o método próprio de luta da classe operária: a ação direta, assembleia presencial, mobilizações massivas etc, deixando, assim, o caminho livre à ofensiva dos governos municipais, estaduais e federal contra a classe operária e demais oprimidos.

Está aí a explicação de por que a permanência do PMMR no local depende da coordenação e ação unificada dos trabalhadores do projeto junto aos sindicatos, correntes políticas e organizações populares, dispostas a defenderem sua permanência, recorrendo à ação coletiva, a unificação das lutas e às assembleias populares que reúnam à população e os trabalhadores para debater, decidir e agir coletivamente em defesa do PMMR e de suas reivindicações mais urgentes e vitais. Somente assim se poderá barrar as novas tentativas de Morando de continuar a manobrar com novas medidas para efetivar o despejo. E

somente assim poderemos dar um passo para enfrentar o conjunto dos ataques de seu governo contra sindicatos, movimentos populares e organizações, que desenvolvem trabalho político, social, especialmente nas áreas cultural, educacional e assistencial.

É necessário o imediato apoio e a solidariedade prática das organizações de massas, principalmente dos sindicatos, para defender o PMMR. É fundamental mobilizar os trabalhadores desde suas organizações para defender às condições mais elementares de vida, que vêm sendo atacadas e desmontadas, uma atrás da outra. E convocar uma assembleia popular no ABC para discutir e aprovar uma Carta de Reivindicações e um plano de lutas unificado.

O Partido Operário Revolucionário defende a ocupação e a permanência do projeto na Jurubatuba. Defende a convocatória imediata de uma assembleia popular presencial no ABC, para debater e decidir como defender nossos direitos e impor nossas reivindicações.

O Partido Operário Revolucionário defende a ocupação e a permanência do projeto na Jurubatuba. Defende a convocatória imediata de uma assembleia popular presencial no ABC, para debater e decidir como defender nossos direitos e impor nossas reivindicações. Chama os trabalhadores a não confiarem nas vias institucionais e eleitorais, mas apenas em suas próprias forças e seus próprios métodos de luta. E chama a vanguarda com consciência de classe a defender a estratégia do governo operário e camponês, única

via para os explorados e oprimidos avançarem na sua emancipação política da burguesia.

Não ao despejo do Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR)!

Não permitir o desvio do movimento para o parlamento burguês!

Unificar as lutas! Constituir uma assembleia popular imediatamente!

Que a CUT, demais centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações massivas!